

AMAZÔNIA

O novo capitalismo ambiental pode salvar a Amazônia?

A improvável aliança entre ambientalistas e grandes fazendeiros para criar práticas sustentáveis de cultivo da soja e preservação da floresta

JULIANA ARINI

O fim de tarde na fazenda Tanguro, em Mato Grosso, revela uma cena incomum na Amazônia. Seis tratores preparam o solo para a soja. O horizonte sem árvores está coberto por poeira e pela névoa das queimadas. Entre os sulcos abertos pelas máquinas, só há algumas casas, antigas instalações onde moravam os peões de gado. Ali vivem hoje pessoas bem diferentes: pesquisadores da conservação da floresta. Enquanto os tratores abrem caminho para a soja, os cientistas analisam dados sobre a ecologia da região. Nos últimos meses, eles publicaram artigos nas mais prestigiadas revistas científicas internacionais, como a britânica *Nature* ou a americana *Science*. Há três anos, quando Mato Grosso foi o Estado campeão de desmatamento na Amazônia, vieram pesquisadores da natureza numa fazenda de soja seria impensável. Agora, eles estão ali como convidados do proprietário, para investigar como as fazendas de soja da região podem conviver em harmonia com a natureza. E o proprietário de Tanguro é ninguém menos que o Grupo Amaggi, da família de Blairo Maggi, governador de Mato Grosso e um dos maiores sojicultores do planeta.



BRINCANDO COM FOGO

O cientista Nepstad acende fogueira em um trecho de mata. Ele lidera pesquisas nas fazendas da região do Xingu

A iniciativa é o começo do diálogo entre dois setores com interesses distintos. De um lado, estão 60 produtores de grãos e carne em Mato Grosso. Do outro, um grupo de cientistas do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) e mais 14 centros nacionais e estrangeiros, como a Universidade de São Paulo e a Universidade Yale, dos Estados Unidos. Para os cientistas, o desafio é agir na fronteira do desmatamento da Amazônia, no noroeste de Mato Grosso, na bacia do Rio Xingu. É uma região onde o agronegócio devastou 42% das florestas naturais. Os pesquisadores buscam agora soluções para preservar os 58% restantes. Os fazendeiros desejam encontrar uma forma economicamente viável de continuar produzindo, sem arcar com a perda de destruidores de recursos naturais e devastadores da Amazônia.

Se essa união for bem-sucedida, pode transformar o padrão de ocupação e uso da Amazônia e abrir novas perspectivas de convivência ambiental para o próprio agronegócio mundial. As pesquisas que acontecem em Tanguro podem servir como base para um ajuste ambiental de todo o setor agropecuário. Hoje, a produção rural é a grande responsável pela destruição das florestas. Mais de 78% do desmatamento na Amazônia foi feito para abertura de pastos, depois parcialmente convertidos em plantio de soja, algodão e outros grãos. A fronteira agrícola da região também virou sinônimo de trabalho irregular. Cerca de 90% das denúncias de trabalhadores em situação análoga à escravidão foram feitas em fazendas.



CUIDADOS

Tardin diante dos bois que cria no interior de

A pressão ambiental sobre os produtores rurais tem crescido. Em 2006, as multinacionais do comércio de grãos anunciaram que não comprariam mais soja de áreas desmatadas recentemente. Oficialmente, a decisão, conhecida como Moratória da Soja, dura até 2008, mas muitos acreditam que ela poderá ser definitiva. "O mundo não aceita mais que o Brasil derrube floresta para plantar soja", diz Tatiana de Carvalho, engenheira agrônoma do Greenpeace, uma das ONGs que mais influenciaram na moratória. "Os produtores terão de se adaptar." Novas normas para o financiamento agrícola são o segundo ponto de

São Paulo. O fazendeiro está adotando práticas ambientalmente corretas na fazenda que tem em Mato Grosso

pressão. Bancos e entidades financeiras passaram a exigir garantias ambientais para liberar dinheiro. Multas ambientais e registro de trabalho escravo nas propriedades também têm

dificultado empréstimos. Finalmente, os próprios produtores começam a se dar conta da importância de preservar os recursos naturais para a perenidade de seus negócios.

No mundo todo, a mentalidade extrativista – preocupada apenas com resultados de curto prazo – perde espaço para a sustentabilidade, que pensa no lucro que perdura ao longo do tempo. Não se trata apenas de uma preocupação de marketing, em limpar a imagem manchada pelos danos ambientais, mas sobretudo de uma visão de longo prazo, mais inovadora e sintonizada com o espírito do nosso tempo. Entra em ação uma nova geração de homens de negócios que vêm nas práticas ambientalmente corretas o futuro de suas empresas.

O Grupo Amaggi é o melhor exemplo dessa transformação. Entre os ambientalistas, Blairo Maggi sempre foi visto como vilão. Em 2004, recebeu do Greenpeace o troféu Motosserra de Ouro, por ser produtor rural e governador de um Estado responsável por 51% do desmatamento na Amazônia naquele ano. Em 2005, o grupo voltou a ter problemas. Depois de comprar soja de duas fazendas denunciadas por trabalho escravo, sofreu uma ameaça de não receber mais empréstimos da Corporação Internacional de Financiamento (IFC), braço do Banco Mundial, caso não assinasse um pacto contra o trabalho escravo. Foi um sinal de alerta para que a Amaggi repensasse seu papel social e ambiental.

Dentro da empresa, um dos responsáveis pela mudança foi o gerente de meio ambiente, Ocimar Villela. Ele diz tentar unir o discurso dos dois setores há mais de dez anos. “Quando as pressões internacionais pesaram sobre o grupo, percebi que era o momento para ganhar mais espaço para as práticas ambientais”, afirma. Uma das iniciativas propostas para melhorar a atuação – e a imagem – da Amaggi foi aproximar-se dos centros de pesquisa e organizações não-governamentais. Após algumas recusas, Villela conseguiu a parceria com Daniel Nepstad, coordenador do Ipam.



PÉ NA ÁGUA

Villela, da Amaggi, em uma cabeceira de rio destruída pela pecuária. Sua idéia é recuperar as áreas degradadas do grupo

A parceria com os sojicultores é uma aposta para Nepstad. Nos últimos dez anos, ele fez algumas das principais pesquisas sobre a Amazônia. Lançou o primeiro alerta de que a floresta poderia virar uma savana, fez o primeiro levantamento de vulnerabilidade ao fogo e desenvolveu os primeiros cenários de mudanças climáticas. Nepstad diz que foi duramente criticado quando aceitou o convite da Amaggi. “Alguns falaram que eu tinha me vendido para o agronegócio”, afirma. Americano de Illinois, um dos Estados onde a soja impera na paisagem, ele conhece os efeitos da monocultura na natureza. “Em meu Estado, perdemos parte do lençol freático pela contaminação com insumos agrícolas”, diz. “Trabalhar em Tanguro foi a primeira grande oportunidade que encontrei para tentar evitar que a soja cause a mesma degradação no Brasil.” Para aceitar o trabalho com a Amaggi, ele afirmou ter exigido liberdade intelectual sobre os resultados das pesquisas. “Se descobirmos que os grãos e o gado contaminaram as águas da região, vamos publicar. Mesmo que isso seja negativo para a Amaggi.” Outra condição que o Ipam diz ter imposto foi não receber um centavo dos fazendeiros. Para garantir a independência, os pesquisadores ficaram alojados nas casas dos peões, a 45 quilômetros da sede da fazenda.

Nepstad coordena o trabalho de 18 pesquisadores na fazenda Tanguro. Ele é o homem que põe fogo nas florestas do Xingu, num experimento que ajuda a entender como a Amazônia responde às queimadas. O estudo, polêmico, já repercutiu na imprensa internacional. Outro estudo importante é liderado pela bióloga Vânia Neu, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP. Gaúcha de Santa Maria, ela está há um ano em Tanguro. “Nunca imaginei que trabalharia numa fazenda de soja”, diz. “É uma grande oportunidade de pesquisa.” Durante o estudo de campo, ela chega a ficar dez horas sozinha dentro da reserva florestal da fazenda. Há no local animais perigosos como onças, porcos selvagens e cobras. Enquanto retira os carrapatos que sobem pela roupa, Vânia apresenta seu experimento. Aparelhos eletrônicos estão espalhados pelo chão, cilindros de PVC colados no tronco das árvores captam água da folhagem. A bióloga também monitora a poluição que as pastagens e os campos de soja – inclusive os agrotóxicos – causam aos rios. Além de colher amostras nas fazendas, ela visita regularmente a aldeia dos índios kisêdjês, no Parque Indígena do Xingu. O material que recolhe na aldeia revelará o impacto das atividades agropecuárias na bacia do Rio Xingu. Um dos principais projetos dos pesquisadores com os fazendeiros da região é montar trechos interligados de vegetação nativa, chamados corredores de biodiversidade. Eles

permitem que os animais circulem pelos fragmentos de floresta. “Isso poderia garantir a troca genética entre as espécies animais e vegetais”, diz o biólogo Oswaldo de Carvalho, do Ipam. “Também pode melhorar a regeneração das matas derrubadas.” Ele propõe que os donos das fazendas organizem suas reservas florestais na forma de uma massa de vegetação contínua. Para isso, o desafio atual da equipe do Ipam é conquistar o restante dos fazendeiros da região.



MONITORAMENTO

Vânia com os índios kisêdjês, no Parque do Xingu. Ela mede a contaminação da água pela agricultura na região

Esse é o papel do ambientalista Marcos Reis. Ele nasceu numa fazenda de café, em Minas Gerais. Aprendeu desde cedo a olhar os ambientalistas com desconfiança. Mas, percebendo que as novas regras dos frigoríficos exigem boa conduta ambiental, descobriu que os dois lados poderiam se complementar. Reis conta que, no início, enfrentou resistência. “Teve fazendeiro que ligou para minha família para falar que eu estava andando com gente esquisita”, diz. “Felizmente, muitos mudaram seu ponto de vista e estão acreditando em nosso trabalho.” Ele e os primeiros pioneiros criaram uma ONG, Aliança da Terra, para conquistar os produtores rurais para a causa ambiental. Eles querem abrir as fazendas ao

trabalho dos pesquisadores. “No início, alguns produtores achavam que eu era da CIA”, diz o americano Nepstad. “Chegavam a colocar nossa equipe para correr.”

Os 60 produtores associados à Aliança da Terra têm juntos 1 milhão de hectares, uma área maior que a região metropolitana de São Paulo. A motivação para a adesão à ONG é um exemplo da consciência crescente que cerca o novo capitalismo ambiental. Alguns produtores afirmam que se juntaram à Aliança da Terra porque temem que o desmatamento acabe com as chuvas. “Há dez anos coleto dados das chuvas na minha fazenda”, diz Abílio Tardin, proprietário de uma fazenda de soja e bois. “Esses dados me ajudam a organizar o plantio e a colheita. Se desmatarmos tudo, as chuvas podem diminuir.”

Todos os integrantes da Aliança da Terra se submetem a uma auditoria ambiental. Os pesquisadores avaliam o impacto que a fazenda causa nos rios e florestas adjacentes. Depois, o fazendeiro se compromete a seguir recomendações técnicas, como mudança no uso de agrotóxicos, regularização trabalhista dos funcionários e até reciclagem de pneus. “Quem tem boi bebendo direto dos rios nem sabe que isso polui a água”, diz Reis. Ele indica bebedores artificiais, que bombeiam água de poços artesianos. Alguns produtores já gastaram R\$ 60 mil só com os bebedouros. Também é importante cercar a mata ao longo dos córregos, para que os bois não destruam a vegetação nem urinem na água.

Os integrantes da Aliança da Terra acreditam que serão reconhecidos por suas boas práticas ambientais e sociais. “Nossa ideia é certificar toda a produção do Xingu”, diz Reis. “O próximo passo é apresentar nosso trabalho ao mercado.” Grandes redes, como Walmart e Pão de Açúcar, já acenaram com a possibilidade de comprar a produção da Aliança da Terra. “Agora, estamos procurando compradores para nossa produção ambientalmente correta”, afirma John Carter, produtor que trabalha com a Aliança da Terra. “É uma forma de valorizar o respeito ao meio ambiente.”

Atrair mercados com produtos ambientalmente corretos é uma das ideias debatidas na Mesa Redonda da Soja Sustentável, uma associação que surgiu em 2005 entre ONGs e os principais comerciantes de soja do mundo, os grupos Cargill, Bunge, ADM e Amaggi. A proposta é criar uma certificação para os produtores com boas práticas. “Os critérios para esses indicativos estão em discussão”, afirma André Trigueirinho, secretário-geral da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). “O experimento do Ipam em Mato Grosso pode indicar muitos caminhos.”

A principal dificuldade é o encarecimento da produção. Manter práticas ambientalmente corretas exige dinheiro, e esse custo pode acabar se refletindo no preço dos produtos. Outro ponto que desmotiva os fazendeiros a conservar a floresta é o risco de conservá-la intacta. “Se a gente não corta a floresta, vem o Incra e declara a propriedade improdutivo”, afirma Carter. “Aqui, terra só vale quando derrubam a floresta.” Com a área aberta, o preço da terra triplica.



Para que a união entre produtores rurais e ambientalistas dê certo, o governo também precisa fazer sua parte. A principal reivindicação é concluir um levantamento oficial que delimite as áreas de floresta e as que podem ser usadas para agricultura e pecuária, conhecido como Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Apenas Pará e Rondônia fizeram o ZEE. “O zoneamento é fundamental para sabermos onde devemos recuperar o que foi degradado da mata”, diz Nepstad.

PREGAÇÃO

Reis na porteira de uma fazenda. Ele tem a missão de convencer os ruralistas a receber os pesquisadores ambientais

Se a parceria entre ambientalistas e empresários tiver sucesso, o primeiro beneficiado serão os 14 grupos indígenas do Xingu. “Ensinar os produtores a cuidar do meio ambiente é fundamental para a saúde dos índios”, afirma Márcio Santilli, coordenador do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), parceiro do Ipam na região. “Perdemos o Rio Suiá, que era limpo e transparente”, diz Kwiussi, cacique dos índios kisêdjês. “A água ficou barrenta e tivemos de mudar nossa aldeia de lugar.” O Suiá, afluente do Xingu, ficou poluído depois que fazendas deixaram o gado pisotear e usar a água de suas nascentes. Hoje, os índios participam do programa de monitoramento da água do Ipam e do ISA. “O rio está voltando a ficar limpo”, diz Kwiussi.

A soja sustentável faz mais que agradar aos índios. É uma nova chance para o Brasil competir no mercado global. “O Brasil é um dos poucos países no mundo capazes de ter um mercado agropecuário sustentável”, afirma Nepstad. “Se implantar sistemas produtivos que respeitem a natureza, terá um diferencial inédito.” O Brasil poderia competir com países que recebem subsídios agrícolas e não têm leis ambientais rígidas como as brasileiras. E a Amazônia – quem diria? – poderia ser salva com a ajuda daqueles que eram acusados de ser os vilões da devastação.



Fotos: Frederic Jean/ Época

Fechar